

## SindCVM Informa

Sua forma de saber o que acontece.



## Sem concurso público há mais de uma década, CVM enfrenta déficit de servidores



Dezembro de 2010. Foi nesta data que ocorreu o último concurso público para a CVM. Foram selecionados candidatos para os cargos de Inspetor, Analista e Agente Executivo. De lá para cá, muitos servidores se aposentaram e outros realizaram novos concursos deixando a autarquia. Se, por um lado, a CVM perdeu um número expressivo de servidores, por outro, o mercado de capitais, fiscalizado pela Comissão, só fez crescer nesta última década. O déficit de pessoal é gritante e a situação só não é mais grave porque um grupo de candidatos aprovados na ocasião, com o apoio do SindCVM, lutou para que fosse convocado, embora não estivesse contemplado no quantitativo de vagas inicialmente oferecido.

Os aprovados de 2010 formaram uma comissão e elaboraram um dossiê em que mostravam, por meio de documentos, a inquestionável necessidade de reposição do corpo funcional da autarquia. Leonardo Wainstok, presidente do SindCVM na época, lembra que o sindicato procurou a Superintendência Administrativo-Financeira (SAD) e explicou que as vagas oferecidas inicialmente no concurso de 2010 não eram suficientes para suprir as necessidades da CVM e que era urgente aproveitar o excedente de aprovados para suprir as demandas. Wainstok lembra que a projeção era de perda de pessoal sobretudo a partir de 2013, quando começaria a valer um novo conjunto de regras para a aposentadoria, prejudiciais aos servidores.

Convencidos pela comissão de aprovados e pelo SindCVM, a Administração da autarquia solicitou ao Ministério da Fazenda – ao qual estava vinculado na época – e ao Ministério do Planejamento, a incorporação dos candidatos aptos. Marcio Santana, hoje agente executivo (ASA/Assessoria de Análise Econômica e Gestão de Riscos) era um dos líderes da comissão e pontua as ações do SindCVM no processo. Segundo Santana, além de mediar os encontros com a alta administração da autarquia, o sindicato reforçou o pedido do grupo por meio de cartas enviadas aos ministérios envolvidos na questão, além de facilitar o acesso dos aprovados a parlamentares em Brasília, quando a comissão foi buscar apoio no Legislativo para sua demanda. “Essa mobilização do sindicato mostrava a preocupação da categoria com a situação do déficit de pessoal que contrastava com o acúmulo de atribuições que a CVM vinha recebendo nos últimos anos”, pondera.

Diante dessa mobilização conjunta, o grupo e o sindicato tiveram suas reivindicações atendidas e os aprovados tomaram posse na CVM. As previsões apresentadas pela comissão se efetivaram. Além das perdas de servidores por aposentadoria, houve pedidos de exoneração para posse em outros cargos públicos por aqueles que realizaram outros concursos ou que deixaram a autarquia para ocupar cargos na iniciativa privada com maior remuneração. “O quadro [funcional] da CVM sempre foi deficitário. Tanto é que a autarquia chamou servidores do BBTS [Banco do Brasil Tecnologia e Serviços] e do BNDES [para compor o corpo funcional]. Desde 2011, o número de aposentados não para de crescer. Havia previsão de novo concurso em 2015, mas por causa da crise econômica não aconteceu”, constata Roselene Alves, analista de Arquivologia, também aprovada no último certame em 2010.

Sem novos concursos há quase onze anos, o déficit de pessoal só fez aumentar. O número cada vez menor de servidores acaba por sobrecarregar o corpo funcional, que só vê a demanda crescer diante de um mercado de capitais em expansão e com contornos cada vez mais complexos

E a situação ainda pode se agravar caso a PEC 32, que trata da Reforma Administrativa, seja aprovada. A proposta facilita a contratação de temporários por dez anos, o que, na prática, inviabiliza a realização de concursos. “Os terceirizados não têm as mesmas atribuições que o servidor. A PEC 32 vai postergar indefinidamente a realização de concursos públicos, além de enfraquecer as instituições públicas”, afirma Roselene. A convivência de regimes diferenciados numa mesma instituição – servidores efetivos e temporários, além de celetistas - pode ainda provocar divisões e divergências comprometendo o ambiente de trabalho e, conseqüentemente, a produtividade da autarquia.

A inexistência de concursos e a possibilidade de contratação de temporários podem prejudicar ainda a continuidade de um trabalho que demanda alta qualificação e trazer conseqüências também para a própria memória laboral da instituição ao dificultar a manutenção da expertise dos servidores.

Além disso, há ainda o congelamento dos salários a que o corpo funcional está submetido, o que pode levar servidores extremamente qualificados e que acumularam conhecimento na autarquia a migrar para a iniciativa privada que oferece salários mais altos.

Sem novos servidores, até mesmo a atividade sindical fica comprometida uma vez que não há renovação da base e, conseqüentemente, daqueles que poderiam compor o sindicato.

Diante desse quadro, nos resta refletir a quem interessa a ausência de concursos. O SindCVM continuará o debate e a pressão para que os certames voltem o quanto antes e permitam que sigamos prestando serviços de qualidade à população.

## SindCVM está atento ao planejamento para o retorno presencial



A CVM publicou na última sexta (15/10), a Portaria CVM/PTE 183, que trata sobre o planejamento e a divulgação das ações necessárias para o retorno gradual e seguro das atividades presenciais na autarquia. A Portaria foi elaborada à luz da Instrução Normativa SGP/SEDGG/ME 90/21, do Ministério da Economia, divulgada no dia 1/10 no Diário Oficial da União, que estabelece orientações aos órgãos e entidades da administração pública federal para o retorno ao trabalho presencial.

A Instrução Normativa prevê que servidores a partir dos 60 anos, ou aqueles que tenham enfermidades consideradas fatores de risco devem realizar uma autodeclaração para que se mantenham em trabalho remoto, assim como aqueles que têm dependentes e necessitam prestar assistência a eles. Veja os detalhes da IN neste [link](#).

A **Portaria n. 183**, da CVM, define que a Superintendência Administrativo-Financeira (SAD) ficará responsável por planejar e divulgar as ações necessárias para o retorno gradual, o que deve acontecer até 14 de janeiro de 2022.

A volta ao trabalho na sede e nas representações da autarquia se dará apenas para os elegíveis, ou seja, para aqueles servidores que não se enquadrarem nos casos de autodeclaração previstas na IN do Ministério da Economia. Vale ressaltar que nos últimos 19 meses, período em que o corpo funcional da CVM se mantém em trabalho remoto, houve um aumento do desempenho, ainda que a demanda tenha crescido, uma vez que as atividades referentes ao mercado de capitais, que cabe a CVM fiscalizar, vem se intensificando no mesmo período.

O SindCVM segue atento a todas as movimentações que dizem respeito ao retorno às atividades presenciais a fim de garantir que o processo se dê de forma a respeitar as necessidades e anseios dos servidores. Novas orientações sobre o tema serão publicadas aqui ou em nossos demais canais de comunicação, assim que o sindicato tiver conhecimento. Siga nos acompanhando.

## Pressão pela derrubada da PEC 32 continua



Servidores de todo o país seguem com as mobilizações para derrubar a PEC 32. A semana foi marcada por atos nos aeroportos de várias capitais e também em frente ao anexo II da Câmara dos Deputados. O objetivo é convencer os parlamentares a votarem contra a Reforma Administrativa. Saiba mais sobre as manifestações no site do [Fonacate](#).

A Frente Servir Brasil e o Fonacate (Fórum Nacional de Carreiras Típicas de Estado), ao qual o SindCVM é filiado, têm realizado uma ampla e articulada campanha em diversas frentes para garantir a derrubada da PEC 32. São meses de debates, reuniões, lives, participação intensa nas audiências públicas das comissões da Câmara dos Deputados, manifestações e diálogos com os parlamentares. As duas entidades destacam a importância da união das diferentes categorias do serviço público em torno da derrubada da PEC 32. Recentemente, um café da manhã oferecido pelo Fonacate e a Frente Servir Brasil reuniu congressistas e representantes de sindicatos e associações de servidores. Entre os presentes estava o deputado Capitão Augusto (PL/SP), presidente da Frente de Segurança Pública, que manifestou apoio à luta contra a Reforma Administrativa, afastando qualquer chance de ruptura com servidores ligados à área de segurança.

### TRAMITAÇÃO DA PEC 32

A PEC 32 foi aprovada na Comissão Especial da Câmara dos Deputados e aguarda votação no plenário. O relator da proposta, deputado Arthur Maia (DEM-BA), cobrou mais empenho do governo para que a reforma obtenha os votos necessários para passar pelo Congresso. Maia disse, em entrevista ao [Estadão](#), que a expectativa é que a PEC seja votada depois de resolvidas pendências em relação ao preço dos combustíveis e a polêmica dos precatórios, questões consideradas prioritárias pelo presidente da Câmara, Arthur Lira (PP/AL).

O SindCVM segue na luta contra a PEC 32 que representa a degradação do serviço público brasileiro. Acompanhe as movimentações em relação à Reforma Administrativa aqui e nas nossas redes sociais.

## Que tal economizar com nossos convênios?



O ano está chegando ao fim. Tempo de pensar no orçamento de 2022 e de renovar matrículas em escolas e cursos. A boa notícia é que o SindCVM possui convênios com várias instituições de ensino. Colégios, universidades, cursos de língua e preparatórios para concursos fazem parte da lista. Se você é filiado, quer começar 2022 investindo em educação e economizar, dê uma olhada nos convênios disponíveis no nosso [site](#).

Caso ainda não seja filiado, aproveite e faça parte do SindCVM. Entre em contato pelo nosso WhatsApp (21) 97604 1826.